



PROJETO PROFISSIONAL DO JOVEM DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA EMANCIPAÇÃO DO JOVEM¹

*Professional Project for youth of the Family agricultural school: the
relationship work and education in the emancipation of youth*

ALVES, Ricardo Pereira²

PIATTI, Célia³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo investigar as contribuições do projeto profissional do jovem egresso da Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues com foco na formação profissional, geração de trabalho e renda. Os dados são oriundos da pesquisa de Mestrado em andamento intitulada "Processos formativos via alternância: egressos da escola família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues – EFAR". O estudo está fundamentado no materialismo histórico-dialético. A análise de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada com seis egressos da escola em pauta, concluíntes no período de 1999 a 2009. Como resultados, verificou-se que a formação via pedagogia da alternância possibilita ao jovem a formação profissional na perspectiva emancipatória de formação para a vida, possibilitando, em alguns casos, a permanência do jovem no campo e sua atuação profissional como agente de desenvolvimento local de sua comunidade. Há de se ressaltar a dificuldade no acesso a investimentos para custeio, dificultando a concretização do projeto. No entanto, o projeto profissional do jovem possibilita ao egresso da Escola Família Agrícola a possibilidade de geração de trabalho e renda e, por conseguinte, a melhoria das comunidades localizadas no campo.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Egressos EFAR.

ABSTRACT

The objective of this article is to investigate the contributions of the professional project of the young graduates of the Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues with a focus on professional training, job generation and income. The data are from the research of Mestrado in andamento entitled "Training processes via alternation: graduates from the Rosalvo da Rocha Rodrigues Agricultural Family School - EFAR". Or study is based not historical-dialectical materialism. A data analysis was carried out by means of a semi-structured interview with six school graduates in the pattern, concluding in the period from 1999 to 2009. As a result, it was verified that training via alternating pedagogy makes it possible for young people to have professional training in the emancipatory perspective of training. for life, enabling, in some cases, the permanence of young people in the field and their professional performance as an agent of local development of their community. The difficulty of not accessing investments for custody must be highlighted, making it difficult to concretize the project. However, the young professional project

¹ (i) O artigo não foi apresentado ou publicado anteriormente em encontros e/ou outros eventos científicos; (ii) passou pela avaliação de Comitê de Ética em Pesquisa (COEP); (iii) é resultante da pesquisa intitulada "Processos formativos via alternância na formação dos egressos da Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues – EFAR"; (iv) não recebeu apoio de órgãos de financiamento/fomento.

² Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Graduação em Educação Física pela Unigran – Capital. Docente na rede municipal de ensino de Campo Grande e Sidrolândia. E-mail: rpassidro@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. atuando como docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo-LeduCampo, do curso de Pedagogia e no Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: celiabpiatti@gmail.com.

makes it possible to graduate from the Agricultural Family School to the possibility of generating work and income and, therefore, to improve the communities located in the countryside.

Keywords: Job. Education. EFAR graduates.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as elites usufruíram do direito de acesso ao conhecimento em sua forma mais elaborada no entanto, à grande maioria da população composta de trabalhadores, restava vender sua mão de obra e ser explorada por aqueles que detinham o capital e o conhecimento formal.

Numa sociedade marcada por constantes mudanças e intensas disputas pelo capital, a exploração e a dominação por meio do trabalho é o legado do sistema capitalista. Sobrevivendo à mercê das políticas públicas, que muitas vezes não conseguem alcançar as disparidades de exclusão e garantia de direitos, a educação do campo sofreu os efeitos desse descaso e, como consequência, a evasão escolar e o êxodo da juventude rural são amargas consequências desse panorama social.

É nesse contexto de luta e resistência que a pedagogia da alternância se estabelece como alternativa de escolarização e profissionalização para o jovem camponês. Em articulação com as famílias, as comunidades e os movimentos sociais, ela possibilita ao jovem estudar sem perder o vínculo com a terra. É nessa perspectiva que se faz importante analisar o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e a efetividade desse instrumento pedagógico da Escola Família Agrícola (EFA) na formação e profissionalização dos estudantes.

A Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues (EFAR) é uma instituição criada no estado de Mato Grosso do Sul, em 1996, num contexto histórico de luta e resistência de trabalhadores camponeses assentados pela reforma agrária. Desde a sua criação, por questões políticas e econômicas, a escola mudou de localidade, portanto, nesta pesquisa, direcionamos para o primeiro momento de sua existência no município de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.

Na busca de responder à indagação: O PPJ como instrumento pedagógico das EFAs é um meio para a emancipação do jovem no campo ou alienação aos meios capitalistas de produção? Realizamos análise do PPJ e entrevistas semiestruturadas com egressos da EFA mencionada, apresentando, em seguida, resultados advindos das entrevistas.

Posto isso, o presente artigo está organizado em três seções, a saber: A relação trabalho e educação; Educação do Campo e pedagogia da alternância; A escola família agrícola e os instrumentos pedagógicos.

A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO

É no processo de apropriação das relações em meio ao trabalho na sociedade que o indivíduo se constitui e, nessa relação, tensões são historicamente estabelecidas, refletindo diretamente o modelo organizacional da sociedade. A respeito desse processo, Marx e Engels (2008, p. 8) asseveram:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns com os outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.

Na gênese dessa constituição classista está a exploração do homem pelo homem, a produção excedente e a propriedade privada. A constituição da sociedade é marcada pela relação de quem detém o capital e daqueles que vendem sua força de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência.

É nesse processo intenso de dominação e exploração dos trabalhadores, forçados num sistema que os direciona a vender sua mão de obra, que o capitalismo se fortalece e, enquanto isso, “[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria”. (MARX, 2010, p. 80).

Nesse movimento, a burguesia luta pela manutenção do sistema, visando garantir a dominação e o aumento do capital pela exploração da mão de obra do trabalhador. Marx e Engels (2003, p. 48) defendem que:

A classe possuinte e o proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana.

O conhecimento é o caminho para a transformação da sociedade, mas na essência é um instrumento utilizado pelas elites como forma de se estabelecer no poder, dominar e explorar às custas do trabalho humano. A divisão do trabalho torna-se uma estratégia para manter o trabalhador dependente das artimanhas do sistema capitalista e, por esse motivo, o desconhecimento de todo o processo de produção aliado à ocupação de funções que não requerem grande grau de pensamento excluem dele a oportunidade de se emancipar por meio do trabalho. Assim se estabelece a relação entre educação e trabalho, pois, para as elites, trabalhador bom é aquele doutrinado a seguir regras, que trabalha sem questionar, que desenvolve sua função sem pensar nas etapas que realiza. Para Marx e Engels (1963, p. 8):

A relação entre a divisão do trabalho e a educação e o ensino não é uma mera proximidade, nem tampouco uma simples consequência; é uma articulação profunda que explica com toda claridade os processos educativos e manifesta os pontos em que é necessário pressionar para conseguir sua transformação, conseguindo não só a emancipação social, mas também, e de forma muito especial, a emancipação humana.

Entende-se que emancipação humana é a humanidade emancipada do capital, da “propriedade privada e de tudo que a acompanha” (TONET; LESSA, 2012, p. 47). Nesse sentido, é a possibilidade de os indivíduos viverem conforme a sua essência no conjunto das relações sociais. Os mesmos autores defendem que “A divisão do trabalho ferreteia o trabalhador com a marca de seu proprietário: o capital.” (MARX; ENGELS, 1983, p. 21). Se o indivíduo tem sua vida dedicada a funções que limitam suas capacidades cognitivas de exercitar sua inteligência, isso torna seu desenvolvimento unilateral e fragmentado, passível de exploração e conformado às condições injustas de vida e trabalho impostas.

O trabalho é o mecanismo utilizado pela classe dominante para se enriquecer e se manter no poder, e ao Estado cabe a manutenção dessa superioridade por meio do

domínio público, cujos representantes garantem que os interesses de uma minoria prevaleçam, restando migalhas para o trabalhador. Marx e Engels fazem uma importante contribuição sobre o que significaria os trabalhadores assumirem o poder político.

Mas, não há dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhadores. Também não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas, o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma. (MARX; ENGELS, 1983, p. 69-70).

Reproduzir os valores impostos pelo capital na escola, sem passar pelo crivo da criticidade e da reflexão acerca de para quem a escola pública se destina, é contribuir para a ampliação do abismo das desigualdades sociais e para o fracasso da sobrevivência do trabalhador.

Ao compreender que o ser humano se constitui sujeito social por meio do trabalho, cabe à educação a responsabilidade do diálogo constante entre trabalho e educação, já que diferente disso significa negar o processo histórico do homem na sociedade.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Historicamente a educação esteve a serviço da sociedade, no entanto o acesso e a qualidade do que é ofertado estão diretamente relacionados às intencionalidades de uma elite, cujo foco é aumentar os lucros e a manutenção do domínio na sociedade por meio do capital. Em outras palavras, isso significa: escola para a elite e trabalho para o pobre. Nos momentos em que foi oportunizado o acesso à escola ao trabalhador, isso ocorreu com a pretensão de qualificar sua mão de obra e continuar a explorá-lo. A esse respeito, Castro (2019, p. 63) afirma:

Nessa conjuntura em que o objetivo de reprodução do sistema sobrepõe ao de reprodução da vida, é que se verifica a condição de exclusão do trabalhador à medida que produz e também se torna mercadoria, conformando a base de sustentação do próprio sistema. Portanto, ao trabalhador resta o cerceamento, prejuízo ou ausência na apropriação do patrimônio social, político e intelectual conquistado pela humanidade.

O camponês sempre esteve a mercê da exclusão no direito ao acesso à educação, contudo, na década de 1920, houve a preocupação em se ofertar escola para esse trabalhador, porém esse movimento estava relacionado, em sua essência, à preocupação de latifundiários com a perda da mão de obra no campo e dos governos com os efeitos do inchaço urbano, que ocasionavam a formação de cortiços e favelas. Por conseguinte, o fato de se oferecer a escolarização aos camponeses tinha como objetivo manter esse trabalhador com sua família no campo, esquecido, excluído e às margens da dignidade humana enquanto cidadão.

Outro momento, oposto ao movimento adotado na década de 1920, ocorreu na década de 1960: “Caracterizava-se por uma ideia oposta aquela colocada em prática na década de 20, ou seja, se constituía num projeto de expulsão dos camponeses de suas terras para dar lugar à modernização da agricultura em benefício do grande capital”. (SANTOS 2011, p. 111-112).

Percebe-se novamente o movimento da sociedade representado por aqueles que detém o capital para “modernizar” o campo, industrializando e ampliando a produção com monocultura, agrotóxicos e mecanização agrícola, destruindo os recursos ambientais com foco na produtividade e renda. Nesse cenário, o camponês se torna obsoleto às imposições do capital. Com o êxodo desse trabalhador, o qual foi expulso do campo pelo pacote da então conhecida revolução verde⁴, engrossar os centros urbanos se tornaria a saída.

É nesse contexto de expulsão dos camponeses do campo que eles se organizam em movimentos sociais, com o objetivo de retornar a terra. Assim, alguns movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros, preocupados com o descaso e a negligência do governo em relação aos trabalhadores, se organizam, fazem ocupações e lutam pela terra.

É bom lembrar que o retorno do camponês para o campo por meio da reforma agrária não se limita somente à posse da terra, mas também a todos os serviços que lhe são garantidos como sujeito de direito. Nesse contexto, além da luta pela e na terra, outras lutas são travadas, dentre estas a luta pelo direito à educação.

São os movimentos sociais que, no fervor das lutas, possibilitam a reflexão de que, para edificar o campo, é preciso uma educação que seja para o campo, para os sujeitos que ali vivem e trabalham, levando-se em conta todas as suas singularidades, bem como o respeito a sua história e aos saberes nela adquiridos, compreendendo que o campo é um espaço de luta e resistência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, preconiza que o ensino no campo tem suas particularidades, as quais devem ser respeitadas, abrindo espaço para a discussão e para o debate de que o ensino nas escolas do campo precisa ser e acontecer respeitando tais especificidades. O artigo 28 da referida Lei estabelece que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 9394/96).

Com os pressupostos estabelecidos na LDB 9394/96, evidencia-se que o campo não pode ser tratado como uma extensão da escola urbana, mas é preciso conceber uma educação para ele, questão confirmada na “Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia- GO, em 1998, quando surgiu o termo Educação do Campo”. (FERNANDES; MOLINA. 2004).

Esse termo significa mais que uma mudança de nomenclatura, uma vez que mudar o termo educação rural para educação do campo tem um significado expressivo para aqueles que lutam pela terra e na terra. É o reconhecimento de que a constituição do

⁴ Processo de transformação da produção agrícola com emprego de inovações tecnológicas com a finalidade de produção de alimentos em larga escala, favorecendo o latifúndio, por meio da utilização expressiva de maquinários agrícolas e agrotóxicos nas monoculturas, sem nenhuma preocupação aos impactos socioambientais.

modo de ser e de viver do camponês precisa ser valorizada e que a educação precisa acontecer em diálogo com essa realidade protagonizada pelo sujeito camponês.

Nessa perspectiva, o que o acesso à escola formal pelos trabalhadores poderia representar? Com certeza, ameaça à manutenção do poder e à dominação imposta pelas elites, uma vez que o conhecimento se torna fator essencial na manutenção das riquezas e isso é um privilégio da elite para que obtenha enriquecimento às custas da exploração da mão de obra do trabalhador. “Qualquer forma de educação que monopoliza os saberes para fins civilizatórios resulta tão somente num processo dado, terminado; preocupa-se em apenas cuidar de sua continuidade e manutenção, a fim de configurar e legitimar o poder.” (BERTICELLI; RAMLOW. 2018, p. 75).

Para a população camponesa, a oposição caneta *versus* enxada resulta em amargas consequências, portanto é no campo que se intensifica a desigualdade no acesso aos serviços públicos, como exemplo o descaso ao direito à escola pública de qualidade. Para o campo, são destinados crescentes investimentos com vistas ao *superávit* na produção agropecuária, mantendo o foco no agronegócio, na monocultura, na produção desmedida, sem a mínima preocupação com o esgotamento dos recursos naturais. A preocupação do agronegócio consiste em produzir e gerar lucros em detrimento à qualidade e aos direitos de quem ali trabalha. A lógica do capitalismo é investir no lucro e não nas pessoas, pouco importando o que pensam ou do que necessitam essas pessoas.

Alguns fatores são determinantes na Educação do Campo, dentre estes: a ausência de escolas, a precarização nas estruturas, a distância percorrida pelos estudantes e o emprego do modelo urbanocêntrico na formação escolar. Esses fatores inviabilizam a compreensão do jovem camponês no sentido de entender como o estudo pode contribuir para a mudança de sua realidade e, além disso, há o fato de que a contribuição por meio de seu trabalho na propriedade familiar é uma necessidade para a sobrevivência, sendo esses alguns indicadores dos motivos que o levam à evasão escolar.

Outra consequência é o êxodo rural, visto que dirigir-se a um centro urbano para dar prosseguimento nos estudos ou buscar um emprego ocasiona o abandono da família na propriedade. Com situação similar de descaso do Estado frente às necessidades de vida e sobrevivência no campo, na década de 1930, na França, famílias camponesas enfrentavam os mesmos entraves, ou seja, restrição no acesso aos serviços básicos ou até mesmo inexistência deles, como, por exemplo, a educação. Essa situação gerava um grande desestímulo nos jovens daquelas localidades, pois frequentar as escolas na zona urbana significava afastar-se de suas famílias e do trabalho na propriedade e estudar obedecendo a um currículo incompatível à realidade vivida por eles, realidade que impõe conhecer as questões agrárias que envolvem o campo à sua dinâmica social.

Nesse contexto, em 1935, um grupo de agricultores familiares, juntamente com o padre Abbé Granereau, preocupados com a situação de acesso e de incompatibilidade da aprendizagem recebida pelos jovens camponeses na escola urbana, organizaram a primeira experiência de pedagogia da alternância, num sistema de *Maisons Familiales Rurales*. Essa experiência teve início com um pequeno grupo de jovens que estudava na casa paroquial auxiliados pelo padre, por meio de correspondências, durante uma semana. Depois disso, vivenciavam o ensino durante três semanas no trabalho da propriedade, em companhia de suas famílias.

Esse modelo tinha como característica central um ensino voltado para as especificidades da vida do campo, distinguindo-se daquele modelo ofertado pelas escolas urbanas.

Assim, a pedagogia da alternância possibilitava aos jovens conciliar os estudos com o trabalho desenvolvido na propriedade junto à família. “O período de 1945 a 1960 foi, portanto, o período da expansão e da sistematização da experiência. As *Maisons Familiares* passaram de 30 para 500 e a literatura pedagógica sobre a experiência foi aumentando cada vez mais.” (NOSELLA, 2012, p. 52).

Embora possuam realidades distintas, em muito se assemelham os motivos que levaram à criação das *Maisons Familiares Rurales* na França e à implantação das Escolas Família Agrícolas (EFAs) no Brasil: ambas estavam à mercê de um modelo de sociedade que não favorecia ao camponês o direito de acesso à escola e à profissionalização numa perspectiva diferente aos valores impostos pelo capitalismo.

No Brasil, após constatada a situação de abandono sofrida pelos camponeses imigrantes italianos no Espírito Santo, foi implantada, em 1969, a primeira EFA na cidade Olivânia/ES. Esse modelo de escola oportuniza o acesso aos conhecimentos científicos, profissionalizando jovens camponeses com uma formação vinculada à cultura e ao trabalho na propriedade. Essa pedagogia veio ao encontro dos anseios dos agricultores familiares para propiciar um modelo de ensino partindo da realidade do jovem, levando em consideração seus saberes, expectativas e experiências.

Nesse modelo de ensino, no ensino médio os estudantes têm acesso a todos os componentes curriculares da base comum e, concomitantemente, o ensino de disciplinas técnicas, possibilitando a formação técnica numa determinada área. No processo de formação, o jovem alterna o tempo escola e o tempo comunidade, bem como vivencia novas formas e técnicas, que podem ser aplicadas na propriedade. No tempo escola, ele tem acesso às mais variadas áreas do conhecimento; no tempo comunidade, é estimulado a aplicar essas experiências, num processo contínuo de ação e reflexão, articulando, assim, os dois tempos em sincronia.

A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA E OS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS

Desde sua criação em 1935, a pedagogia da alternância oportuniza ao jovem do campo a profissionalização numa perspectiva de formação para a vida. A Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues (EFAR), localizada no município de Rio Brillhante, em Mato Grosso do Sul, é a primeira experiência no estado em relação à pedagogia da alternância de ensino médio profissionalizante, ofertando o curso técnico em agropecuária, desde 1996, por uma decisão das famílias no ato de sua criação.

Preocupados com a situação da evasão e do êxodo da juventude do campo, a EFAR foi criada com o intuito de oportunizar aos jovens camponeses, assentados pela reforma agrária, a escolarização e a profissionalização em técnicos em agropecuária, indo ao encontro da realidade, expectativa e necessidade do processo de reforma agrária iniciado no estado de Mato Grosso do Sul, na década de 1980.

O processo formativo na EFAR não se limita ao ensino de técnicas agropecuárias para que os jovens forneçam mão de obra qualificada para o agronegócio, mas, desde sua criação, tem como premissa principal a formação da juventude camponesa na perspectiva de promover o desenvolvimento sustentável e solidário local com inovação no uso de técnicas produtivas e agroecológicas, que impactem no trabalho e na renda da família. Isso garante a atuação do jovem no campo, para que ele seja ativo no desenvolvimento da comunidade.

Para isso, a EFAR, via pedagogia da alternância, utiliza instrumentos pedagógicos que constituem o diferencial da prática pedagógica da escola, pois rompe com o processo de ensino aprendizagem de modelo urbanocêntrico, trabalhando na perspectiva de emancipação do estudante, por meio do processo formativo desenvolvido junto à escola. Assim, a escola se distancia de uma estrutura capitalista dominante, que visa subalternizar a educação aos interesses da classe dominante e passa a ser constituída, tendo como premissa a formação do trabalhador camponês.

Na sequência, no quadro 1, são apresentados os instrumentos pedagógicos utilizados no processo de formação em alternância desenvolvido pela Escola Família Agrícola. Esses instrumentos contribuem para a aprendizagem desse jovem, mas também para a consolidação de sua compreensão sobre o espaço onde vive e trabalha.

Quadro 1 – Instrumentos Pedagógicos da Formação em Alternância

Item	Instrumento Pedagógico	O Que é
1	Plano de Estudo	Pesquisa participativa que o estudante elabora na EFA e aplica em seu meio socioprofissional.
2	Colocação em Comum	Socialização e sistematização da pesquisa do plano de estudo.
3	Viagens e visitas de estudo	Uma atividade complementar ao tema do Plano de Estudo. Intercâmbio de experiências relacionada à pesquisa do plano de estudo.
4	Colaborações Externas	Palestras, testemunhos ou cursos complementares ao tema pesquisado do Plano de Estudo.
5	Atividades de Retorno	Experiências e atividades concretas na família ou comunidade, a partir da pesquisa com o Plano de Estudo.
6	Caderno da Realidade	Livro de vida do estudante, no qual ele registra as suas pesquisas e todas as atividades ligadas aos Planos de Estudo no ciclo da alternância.
7	Estágios	Vivências práticas do estudante no meio socioprofissional.
8	Visitas às Famílias e à Comunidade	Atividade realizada pelos monitores para conhecer a realidade dos estudantes e suas famílias. Representa a extensão do CEFFA em seu meio.
9	Tutoria	Acompanhamento personalizado ao estudante.
10	Serões	Atividades organizadas junto aos estudantes sobre temas variados de interesse dos estudantes.
11	Caderno de Acompanhamento	Instrumento de comunicação entre EFA e família. Caderno que tem por objetivo registrar as atividades desenvolvidas nos ciclos da alternância.
12	Caderno Didático	Uma modalidade de “livro didático” elaborado para dar o aprofundamento ao tema do Plano de Estudo.
13	Avaliações	São atividades contínuas e abrangem aspectos do conhecimento, das habilidades, da convivência em grupo.
14	Projeto Profissional dos Jovens	Atividade que motiva, incentiva e subsidia o estudante a elaborar projetos.

Fonte: Begnami (2010, p.71).

Conforme podemos observar no Quadro 1, a escola, por meio de suas atividades, visa atingir as finalidades de formação integral e desenvolvimento da comunidade do estudante, utilizando-se, para isso, dos instrumentos pedagógicos advindos da pedagogia da alternância.

A formação na EFA parte do princípio de possibilitar ao jovem a compreensão da realidade em que vive, bem como o entendimento político, econômico, social e ambiental

de sua comunidade, despertando-o a participar ativamente desse processo. A escola visa possibilitar a esse jovem conhecer e reconhecer a sua participação ativa no campo, na propriedade, na comunidade e, assim, além da compreensão do funcionamento da comunidade e da sociedade, ele é incentivado a produzir e a encontrar meios que possam assegurar qualidade de vida, trabalho e renda para a vida no campo.

É nessa esteira que a pedagogia da alternância se concretiza na ação do estudante pelo fato de ele alternar tempo e espaço, ficando um período na escola (tempo escola) e um período junto à família na comunidade (tempo comunidade). Portanto, é em meio a esse processo de alternar que se concretiza a educação e a aprendizagem nas EFAs.

No período escolar, o jovem tem o acesso ao conhecimento científico, partindo de sua realidade, acessando os conhecimentos em sua forma mais elaborada. No tempo comunidade, o jovem tem a possibilidade de continuar seus estudos interligando os conhecimentos adquiridos e colocando-os em prática na propriedade da família. Por meio dos instrumentos pedagógicos, é assegurada a relação entre tempo escola e tempo comunidade, sem perder a essência, que é a formação. Essa alternância constitui-se em um processo contínuo de ação entre teoria e prática, como elementos indissociáveis, nos tempos e nos espaços que o jovem alterna.

A relação do Projeto Profissional do Jovem (PPJ) com a pedagogia da alternância se estabelece na ação do jovem de observar, refletir, buscar respostas, compreender e querer transformar a realidade, rompendo a lógica da divisão de trabalho, em que o indivíduo se aperfeiçoa para continuar sendo explorado por meio do trabalho. A EFA sugere uma nova alternativa de mudança nessa relação estudo, conhecimento e trabalho.

O PPJ é um dos instrumentos que possui grande representatividade para o conhecimento do jovem camponês sobre as atividades realizadas no campo. Dentre seus significados, temos:

[...] também chamado de “projeto de inserção profissional”, “projeto de vida”, “projeto pessoal” é o resultado de uma análise minuciosa da situação histórico-familiar, da infraestrutura para a produção agropecuária, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, das políticas públicas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos artístico-culturais, entre outros, que caracterizam a realidade do estudante, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela proposta metodológica do CEFFA, à aptidão do jovem, à motivação e planejamento, constituem sua proposta de inserção profissional. (SANTOS; PEREIRA, 2005, p. 41).

Esse Projeto é a possibilidade de despertar o jovem a compreender e a conciliar as ações desenvolvidas na propriedade, os conhecimentos teóricos aprendidos na escola, a experiência e os saberes da família. É nesse sentido que o ensino da EFA se diferencia da escola urbana.

O PPJ é ainda o resultado de uma construção realizada no percurso formativo do jovem na escola e os instrumentos pedagógicos são de grande importância, pois possibilitam ao jovem o diagnóstico da realidade, a fim de que compreenda a elaboração de projetos e como colocá-los em prática. A função dessa atividade vai além de ser somente uma exigência pedagógica, mas constitui-se na possibilidade de ação do jovem no campo, melhorando a renda e ressignificando o trabalho na propriedade.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem seus fundamentos calcados no materialismo histórico-dialético, o qual “[...] exige, antes de qualquer coisa, antes da indicação de regras ou de sugestões para a sua aplicabilidade que se conheça a história como movimento contraditório dos homens. Exige que se reflita continuamente, sobre a realidade.” (NAGEL, 2015, p. 27).

Como procedimento, estrutura-se mediante entrevista semiestruturada realizada com seis egressos formados na Escola Família Agrícola Rosalvo da Rocha Rodrigues – EFAR, no período de 1996 a 2009. O critério do recorte temporal é por indicar, em 1999, a primeira turma formada e, em 2009, a última turma formada na instituição ainda localizada em Campo Grande-MS. Para a seleção dos egressos na realização da entrevista, utilizou-se como critérios de inclusão previamente estabelecidos: egressos formados no curso de técnico agropecuário pela EFAR, entre os anos de 1999 a 2009, que residem no estado de Mato Grosso do Sul. As turmas pré-selecionadas devido ao quantitativo expressivo de matrículas foram as de formandos dos anos de 1999, 2002, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Dentre as turmas selecionadas, foi escolhido um egresso que representa cada uma das turmas em questão. Devido ao critério de garantia de sigilo e privacidade, os egressos participantes da pesquisa foram identificados pela denominação “entrevistado” seguida de um número referente à sequência da entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista tem por objetivo compreender quais as contribuições do instrumento pedagógico Projeto Profissional do Jovem para a sua atividade no campo, geração de trabalho e renda.

Os entrevistados foram questionados sobre como foi o processo de implantação do PPJ na propriedade e quais foram os resultados dessa ação. Um deles atesta que:

Nesse período tinha como proposta um projeto de apicultura porque a gente já desenvolvia isso antes de eu entrar na escola e, depois de formado na escola, a gente desencadeou com a construção de uma associação. Essa associação existe até hoje, ela tem a produção, a extração e a comercialização. Então foi um projeto, uma ideia que nasceu, na verdade fortaleceu com essa vivência na escola. (ENTREVISTADO 1).

Outro entrevistado afirma que o processo de implantação trouxe desafios, principalmente com relação à aprovação da família, mas que, após a implantação, o projeto gera resultados até hoje, quinze anos após a implantação.

Ainda tem a pastagem toda rotacionada do projeto que eu fiz. Até no começo meu pai não acreditava muito, eram três piquetes no sítio e esse negócio de fazer cerca no meio não ia dá certo. E aí eu comecei, peguei um piquete dos três e dividi em mais três, não era do jeito que eu queria, mas eu dividi. Aí ele começou a ver que a rebrota era mais rápido, que a gente colocava o gado e estava dando mais resultado. Aí eu fiz o croqui certinho de como que eu queria, de como eu pensei, aí eu fiz um do jeito que eu tinha planejado e até hoje no sítio do meu pai tem 27 piquetes do meu PPJ. (ENTREVISTADO 2).

Outro exemplo é citado pelo entrevistado 3, que não conseguiu efetivar o PPJ no período escolar, mas que, dez anos depois de sua formação, quando então se casou, conseguiu colocar em prática o projeto sonhado quando estava na escola. “Aí depois, na verdade

que eu casei, aqui na propriedade que eu moro atualmente, que eu desenvolvi o projeto voltado para bovinocultura leiteira, toda estrutura vinha da formação da escola". (ENTREVISTADO 3).

Em complementação à sua fala, o egresso 3 resalta a importância do PPJ como instrumento pedagógico para formação do jovem egresso no campo.

Então, na escola tradicional o aluno sai do ensino médio sem noção nenhuma do que ele quer fazer da vida, se ele vai cursar um nível superior, onde ele vai morar, o que ele vai fazer da vida na verdade. Na EFA é diferente, durante o ensino médio que o guri tem acesso a essa questão de pensar no projeto de geração de Renda, ele já começa a desenvolver e começa até experimentar se aquilo vai dar certo ou não, se é uma coisa que ele vai gostar de fazer ou não. Então, ele tem tempo de decidir o que ele quer. (ENTREVISTADO 3).

O entrevistado 4 afirma que a implantação do PPJ foi de tentativas e experiências que foram se concretizando, as quais hoje são importantes na composição da renda familiar. Isso possibilitou a sua permanência no campo como uma escolha, com trabalho e renda, e uma de suas experiências tornou-se vitrine para a comunidade.

Eu fazia muitas experiências de plantio que contribuíram muito para nossa renda familiar. Na época, fiz experiência com capim elefante anão, que era muito importante para nossa comunidade para produção de leite; isso está funcionando até hoje. A própria Embrapa veio buscar mudas, quando que tinham acabado, porque várias propriedades ainda têm. Então acredito que isso é muito gratificante, é a palavra que expressa o que eu sinto. Eu acredito que isso só foi possível por causa da pedagogia da alternância; se não fosse isso eu nem estaria aqui, seria como a maioria dos jovens pensa, estaria morando aqui fazer o ensino médio e depois ia para a cidade procurar um serviço. Então, a pedagogia da alternância abriu os olhos que a gente pode tirar o sustento da nossa propriedade, que a gente pode fazer nossa contribuição social com a comunidade e isso tá funcionando. (ENTREVISTADO 4).

O entrevistado 5 afirma que a EFAR foi importante tanto em possibilitar compreender outras opções para geração de trabalho e renda quanto na postura profissional e no olhar para as necessidades do camponês. O entrevistado resalta que, tanto nos projetos na propriedade quanto no seu trabalho enquanto assistência técnica em sua comunidade, a escola e seus instrumentos pedagógicos foram imprescindíveis para sua atuação.

A importância de todos esses instrumentos foi de grande valia, porque a gente tem trabalhado tudo no conjunto, então assim, não fica uma coisa específica, eu chego na propriedade hoje para trabalhar a questão do leite, não dá para separar, eu vou falar só sobre a nutrição ou só sobre a pastagem. Tem momento que a gente chega na propriedade o produtor não tá bem, aí você deixa um pouco a parte agrária e vai para parte humana, então você trabalha com vários fatores. (ENTREVISTADO 5).

Outro egresso relata o processo inicial da família na chegada na propriedade e o quanto o projeto profissional possibilitou-lhe compreender outros métodos de produção e renda para a família.

Então, a gente já fez algum projeto dentro dessa logística, quando chegamos nesse sítio, com meu pai eu tive muita dificuldade, porque quando nós chegamos gastamos um recurso que nós tínhamos de forma errada, com plantio sem técnica que não teve resultado; ali já afundou o Pronaf do meu pai. Meu pai já entrou na inadimplência ali, por isso que eu disse isso foi um dos fatores que me motivou a procurar a escola. A escola possibilitou com que eu adquirisse outro olhar em como trabalhar, aprender a elaborar e aplicar projetos; foi essencial para que continuássemos no campo e tivesse progresso. (ENTREVISTADO 6).

Nas entrevistas podemos evidenciar o quanto a iniciativa do PPJ possibilita ao estudante olhar para sua realidade e compreender possíveis alternativas na geração de trabalho e renda na propriedade, desmistificando o ideário de ter como única opção abandonar o campo e ir para a cidade para ter trabalho e renda.

As atividades proporcionadas na EFA permitem que o estudante compreenda as possibilidades existentes em sua localidade, como também que vivencie e aprenda técnicas agrícolas e atividades que possibilitem a compreensão social, ambiental, política e econômica dessa localidade. No decorrer do curso, ele tem a possibilidade de transformar todo esse conhecimento em um projeto prático na propriedade, visando a sustentabilidade, o trabalho e a renda para ele e sua família.

O projeto pode ser concretizado com recursos próprios ou por meio de recursos obtidos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia projetos com a função de gerar renda para famílias oriundas da Reforma Agrária. O Pronaf Jovem é destinado a pessoas físicas com idade de 16 a 29 anos, que “[...] tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam a legislação em vigor para instituições de ensino.” (BNDS, 2022). O valor máximo disponibilizado pelo Programa é de 16,5 mil reais, podendo ser acessado por três vezes, desde que quitado o empréstimo anterior. Para acesso ao programa, os investimentos devem ser:

[...] diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para a melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos específicos. (BNDS, 2022).

O PRONAF Jovem é uma política pública importante na efetivação do PPJ, pois trata-se de uma conquista importante dos trabalhadores camponeses. Evidenciamos que há desafios em torno do acesso a essa política pública quanto à burocratização e ao valor do projeto a ser financiado, haja vista que um projeto de geração de renda na propriedade, que garanta a sobrevivência ou que esteja relacionado à escolha do jovem para permanecer no campo, é incompatível ao valor de investimento disponibilizado.

O PPJ é uma importante iniciativa das EFAs, porém há de se evidenciar que estamos imersos num modelo de sociedade capitalista, que afeta diretamente as etapas de desenvolvimento do projeto elaborado pelo jovem, dentre esses a comercialização. É necessário compreender que a sobrevivência no campo perpassa a produção para a subsistência, já que é necessário comercializar para adquirir aquilo que não está na propriedade. Nesse contexto, o jovem não é explorado na mão de obra, mas no produto resultante de seu trabalho. Ao entrar no mercado com seu produto, a comercialização torna-se desvalorizada ao competir com o sistema industrial.

CONSIDERAÇÕES

A formação do ser humano é construída diretamente a partir das relações que são estabelecidas entre ele e a sociedade em que vive. É por meio do trabalho que o homem estabelece os valores e os sentidos de sua existência.

Ao analisar as entrevistas obtidas por meio do projeto da Escolas Famílias Agrícolas, compreendemos que a escola pode contribuir para a formação e a inserção

socioprofissional do jovem na sociedade. A prática pedagógica desenvolvida pelas EFAR tem a premissa de realizar a formação integral do jovem por meio da pedagogia da alternância, possibilitando alternativas para a diversificação e para a melhoria das atividades desenvolvidas na propriedade familiar. Isso permite ao jovem perceber alternativas de trabalho e renda que deem dignidade à vida de sua família no campo.

A pedagogia da alternância, por meio de seus instrumentos pedagógicos, possibilita que essa metodologia se efetive, oportunizando um ensino que esteja alinhado à educação e ao trabalho, binômio importante para a formação do jovem, filho do trabalhador camponês. O Projeto Profissional do Jovem se constitui como uma possibilidade concreta de melhoria da sua atividade em sua comunidade no campo e, apesar de alguns entraves com relação à organização e à comercialização dos produtos, ele favorece o desenvolvimento local sustentável e solidário, com vistas à diversificação das atividades na propriedade.

Concluimos que o PPJ é um instrumento que favorece a juventude camponesa no sentido de conciliar a aprendizagem escolar com a vida no campo, contribuindo para aqueles que optam pela permanência no campo a fim de gerar trabalho e renda durante a sua formação.

REFERÊNCIAS

BEGNAMI, Marinalva Jardim Franca. **Inserção socioprofissional de jovens do campo: desafios e possibilidades de egressos da Escola Família Agrícola Bontempo**. Dissertação (Mestrado), 190 p., Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

BERTICELLI, Ireno Antônio; RAMLOW, Romildo Ricardo. A educação na complexidade contemporânea. **Contexto & Educação** Editora Unijuí Ano 33 nº 106 set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/issue/view/212>. Acesso em 07 de maio de 2022.

BNDS. Banco Nacional do Desenvolvimento. Pronaf Jovem. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem>. Acesso em 07 de maio de 2022.

BRASIL Lei n.º 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

CASTRO, Vanessa Mariano. **A formação humana sob o julgo do capital**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programas de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; AZEVEDO, Sonia de Jesus (org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: UnB, 2004. p. 32-52.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família: ou a crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NAGEL, L. H. Do método ou de como pensar o método. In: TULESKI, S. C.; CHAVES, M.; LEITE, H. A. **Materialismo Histórico-Dialético como fundamento da Psicologia Histórico-Cultural: método e metodologia de pesquisa**. Maringá: Eduem, 2015. p. 17-27.

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil** / Paolo Nosella. Vitória: EDUFES, 2012.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos. **Relativismo e escolanovismo na formação do educador: uma análise histórico-crítica da licenciatura em educação do campo** – 2011.

SANTOS, Idalino Firmino dos; PEREIRA, João Emílio. **O CEFFA e o projeto profissional do jovem. Revista da formação por alternância**. UNEFAB. Brasília, 2005. V.1, n.1.

TONET, Ivo.; LESSA, Sergio. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Data da submissão: 14/05/2022

Data da aprovação: 10/10/2022